

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ OESTE DA BAÍA DE
2 GUANABARA, INSTÂNCIA INTEGRANTE DO COMITÊ DE BACIA DA REGIÃO
3 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ
4 E JACAREPAGUÁ (CBH-BG). GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 27 de novembro de
5 2020 em ambiente virtual com início agendado para 10h00min, foi realizada esta
6 reunião, que começou em segunda chamada, ou seja, com a presença de pelo menos
7 1/3 dos membros habilitados da Plenária, com presença mínima de um membro de
8 cada segmento, com a seguinte pauta: **1- Análise da substituição de membros pela**
9 **Plenária segundo Regimento Interno; 2- Agendamento das reuniões Plenárias de**
10 **2021.** 1- A reunião começou às 10:19 por consequência de esperar membros
11 suficientes para o quórum, com o Sr. José Paulo (OMA Brasil) se referindo sobre a
12 pauta e como iria prosseguir a reunião. Logo após, o Sr. Carlos Rogério (AGEVAP)
13 apresentou pontos do Regimento Interno, especificamente a subseção sobre as
14 reuniões (CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, SEÇÃO I – DA
15 PLENÁRIA, SUBSEÇÃO I.3 – DAS REUNIÕES). Foi lido para todos da plenária alguns
16 pontos do artigo 11, parágrafo terceiro (Art. 11, § 3o) até o parágrafo décimo (Art. 11, §
17 10o), cujo conteúdo era de relevância e tinha relação com a pauta. Na leitura do
18 parágrafo quarto (Art. 11, § 4o), que diz que “Nas reuniões da Plenária, terá direito a
19 voz e voto o membro titular do órgão ou entidade ou, na ausência deste, seu suplente”
20 a Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) questionou sobre o substituto e perguntou se no
21 caso da ausência do titular o seu substituto teria poder de voto antes do suplente. O Sr.
22 José Paulo (OMA Brasil) disse que é uma questão que não está clara pelo regimento.
23 O Sr. Magno Neves (IBDA) disse que estava claro sim e que o substituto representa o
24 titular na ausência deste. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que seria interessante
25 deixar mais claro essas questões que geram dúvidas. Na leitura do parágrafo quinto
26 (Art. 11, § 5o) o Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) reiterou a importância de que as
27 ausências justificadas devem ser comunicadas via e-mail ou carta/ofício à Secretaria
28 Executiva e informada no início da reunião. Ele complementou que é importante
29 sempre formalizar por e-mail, pois não tem previsão formal de justificativa de ausência
30 pelo whatsapp segundo o regimento. Seguiu lendo o parágrafo sexto (Art. 11, § 6o) que
31 diz que “Em caso de impossibilidade de comunicação ou força maior, a diretoria do
32 CBH-BG poderá considerar justificativas posteriores à reunião”. Continuou lendo o

33 parágrafo sétimo (Art. 11, § 7o) que diz que “As entidades membro da Plenária do
34 CBH-BG que apresentarem três faltas consecutivas ou alternadas não justificadas, nas
35 plenárias ordinárias e extraordinárias no período de 12 meses serão excluídas e
36 substituídas pelos respectivos suplentes”. Passou então para a leitura do parágrafo
37 oitavo (Art. 11, § 8o) que diz que “Em caso da inexistência de entidade suplente para
38 substituir a entidade titular excluída, a vaga da entidade membro desligada deverá ser
39 preenchida novamente por indicação do segmento representativo, e homologado na
40 plenária”. Nesse ponto o Sr. José Paulo (OMA Brasil) lembrou que a redação do
41 Regimento Interno é em cima do CBH-BG e, portanto, quando se trata de subcomitê é
42 preciso adaptar as frases ao âmbito do subcomitê. Ele perguntou ao Sr. Magno Neves
43 (IBDA) se a interpretação era essa e o mesmo respondeu que em alguma parte do
44 Regimento Interno constava que os subcomitês também são regulados por esse
45 mesmo regimento. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) seguiu então perguntando sobre o
46 parágrafo sétimo (Art. 11, § 7o), cuja redação fala da Plenária do CBH-BG e que ele
47 acreditava que essa redação poderia ser estendida analogamente para a Plenária do
48 Subcomitê. O Sr. Magno Neves (IBDA) disse que essa era uma questão que estava um
49 pouco em aberto, pois a exclusão do subcomitê implica em exclusão da plenária do
50 CBH-BG, na medida em que uma instituição é titular no CBH-BG pois é titular em um
51 subcomitê. Seguiu dizendo que no seu entendimento isso seria um indicativo do
52 subcomitê para a Plenária do CBH-BG deliberar, pois na medida que a instituição só é
53 titular no CBH-BG pois é titular no subcomitê, o subcomitê não pode tomar uma atitude
54 que pode impactar a plenária do CBH-BG. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) sugeriu que
55 na próxima revisão de Regimento Interno deixar essa questão mais clara. O Sr. Carlos
56 Rogério (AGEVAP) seguiu lendo o parágrafo nono (Art. 11, § 9o) que diz que “A
57 entidade desligada ficará impedida de ser novamente indicada pelo setor
58 representativo para ocupar vaga de membro do CBH-BG pelo período de um ano a
59 contar do desligamento” e o parágrafo décimo (Art. 11, § 10o) que diz que “O CBH-BG
60 editará resolução específica para os trâmites em relação à substituição de membros
61 ausentes ou faltosos”. O Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) prosseguiu dizendo que esses
62 pontos lidos são os mais relevantes para a pauta da reunião. A Sr. Maria Teresa
63 (CRBio) ressaltou que algumas entidades e pessoas que integram essas entidades,
64 estão envolvidas nos Grupos de Trabalho e nas comissões temáticas, e nesses

65 espaços elas têm uma importância muito grande e a ausência delas faz toda a
66 diferença, e, portanto, nessa perspectiva ela se sente incomodada pelo fato de o
67 Regimento Interno só prever desligamento por um argumento que é a falta em
68 reuniões. Ela levantou a ideia de inovar e colocar algum critério sobre a qualidade da
69 participação, reforçando que nem sempre estar presente numa reunião é produtivo
70 quanto estar participando efetivamente com contribuições e trabalho. O Sr. José Paulo
71 (OMA Brasil) diz que tem a ideia de através dos membros do Subcomitê Oeste que
72 estão na CTIL do CBH-BG levar propostas de melhoria para o Regimento Interno e
73 Processo Eleitoral. O Sr. Fernando Magalhães (Prefeitura Municipal de Belford Roxo)
74 fez uma observação sobre o aspecto legal e jurídico dizendo que o regimento interno
75 deveria de fato conter futuramente um parágrafo para que fizesse referência aos
76 subcomitês e não somente ao CBH-BG. Explicou sua sugestão fazendo menção ao
77 artigo 39 da Política Nacional de Recursos Hídricos que fala da composição dos
78 comitês de bacia e da paridade e não faz referência a subcomitês. Seguiu dizendo que
79 essa referência no regimento é necessária para evitar nulidades futuras que podem ser
80 alegadas por alguma entidade que se sentir prejudicada. Na sequência o Sr. Lucas
81 Pacheco (AGEVAP) alertou que no parágrafo segundo do artigo 31 (Art. 31, § 2o) o
82 Regimento Interno já faz menção aos subcomitês estando escrito que “Os Subcomitês
83 seguirão as mesmas regras deste Regimento”. O Sr. Carlos Rogério (AGEVAP)
84 continuou a reunião apresentando o quadro de presença das instituições e seus
85 respectivos representantes que integram o Subcomitê Oeste da Baía de Guanabara. O
86 coordenador do subcomitê, Sr. José Paulo (OMA Brasil), mencionou que se debruçou
87 na relação das presenças, analisando cada instituição e representantes, consultando
88 os e-mails que foram enviados com justificativa de ausência, as faltas por motivo de
89 doença e outros que apesar de não estarem presentes nas reuniões do subcomitê
90 estavam trabalhando de outra forma em prol do subcomitê. O Sr. José Paulo (OMA
91 Brasil), fez questão de alertar que a presença em reunião se dá pela instituição e não
92 apenas pelo membro, dando o exemplo em que se o titular não estiver presente mas o
93 seu substituto estiver presente na reunião, a entidade então não levará a falta. A Sra.
94 Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) reforçou a importância da entidade de se ter um
95 substituto, principalmente para a situação em que a instituição só tem o membro titular
96 e este possui muitas faltas. O Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) explicou a todos os

97 membros que o levantamento da lista de presença foi analisado um por um, buscando
98 todas possíveis justificativas nos e-mails; através da ficha de inscrição do processo
99 eleitoral para saber se estavam corretamente cadastrados, citando que teve realmente
100 um caso com e-mail cadastrado errado; verificação das fichas de substitutos; análise
101 da situação e histórico de 13 entidades que tiveram muitas faltas sem justificativas para
102 entender se havia situação que pudesse abonar/justificar essas ausências. O Sr. José
103 Paulo (OMA Brasil) fez uma observação em que fez ligações para resgatar instituições
104 importantes, exemplificando com a questão da Fundação Rio-Aguas, na qual ele
105 procurou saber porque o representante não estava comparecendo às reuniões e que
106 após uma ligação, o representante veio em duas reuniões e depois voltou a se
107 ausentar. Por fim, ele disse que retornou a ligar e agora a Fundação Rio Águas enviou
108 como representante o Sr. Wanderson José (Fundação Rio Águas) que está
109 participando da reunião. Ele então disse que na hora de fazer o julgamento sobre
110 desligamento ou manutenção das instituições com ausências seria importante não
111 analisar friamente apenas a presença ou não, e que ele iria lembrar caso a caso se
112 teriam atenuantes para assim poderem analisar cada situação estrategicamente. A Sra.
113 Luciana Falcão (Viva Cosme Velho) disse aos membros que analisassem se as
114 instituições faltantes fazem também parte do comitê (CBH-BG), pois caso não façam
115 parte, em sua visão elas já estariam eliminadas. Caso fizessem parte do comitê (CBH-
116 BG) e tivessem faltas nele, elas também seriam desligadas. Mas ficaria estranho por
117 exemplo desligar uma instituição que não participa do subcomitê, mas participa do
118 CBH-BG. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) lembrou a todos que, segundo o Regimento
119 Interno, o que vale para o comitê (CBH-BG) vale também para o subcomitê. Também
120 disse que eventualmente nos casos críticos a coordenação tem a prerrogativa de
121 justificar faltas. O Sr. Licínio Machado (FAM Rio) declarou não entender a colocação
122 em relação a observação anterior do Sr. José Paulo (OMA Brasil), sobre ter entidades
123 que não podem deixar de estar presentes, ou melhor dizendo, que seria importante a
124 presença delas, e outras entidades que “não são importantes assim”. O Sr. Licinio
125 Rogério (FAM Rio) disse concordar que a Fundação Rio Águas deveria ter assento
126 permanente pois é necessário que ela esteja representada, mas reiterou que essa
127 questão de entidades mais importantes e menos importantes deveria ser melhor
128 discutida. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) justificou dizendo que não tem entidades mais

129 importantes e sim que são centrais para funcionamento e missão do comitê. A Sra.
130 Maria Lobo (Viva Cosme Velho) fez uma observação sobre a importância dos órgãos
131 de gestão estarem presentes, e em seguida disse que seria importante a criação de
132 mecanismos de incentivo a presença destes órgãos. Disse que não é interessante
133 desligar por desligar um órgão de gestão que é importante, justificando que se fosse
134 assim os usuários e sociedade civil perderiam interlocução com poder público. O Sr.
135 José Paulo (OMA Brasil) falou de ação que quer fazer da coordenação do subcomitê
136 reunir com os membros do subcomitê que estão na CTIL do CBH-BG para discutir tudo
137 que foi levantando, revisão do regimento, critérios, importância de algumas instituições.
138 A Sra. Maria Teresa (CRBio) disse que é importante ouvir os coordenadores das
139 instâncias, pois só a presença em Grupos de Trabalho, em Câmaras Técnica e apenas
140 a presença em reunião, não qualifica a participação. Ela ainda mencionou sua
141 sugestão de que os Grupos de Trabalho compartilhassem suas produções com todos
142 os membros, pois também são parte do todo. Após essa colocação, o Sr. José Paulo
143 (OMA Brasil) começou então a análise e votação para exclusão das entidades
144 faltantes. Elogiou a instituição CRBio e sua representante titular, Sra. Maria Teresa
145 (CRBio) que possuem participação exemplar sem faltas no subcomitê. A Sra. Maria
146 Teresa disse que os membros do CRBio que estão no CBH-BG e seus subcomitês
147 fazem relatórios sobre a participação nas instâncias do comitê. E que algumas
148 questões relacionadas à participação dos membros do CRBio no comitê são até
149 tratadas nas plenárias do conselho. Seguiu-se analisando a situação das faltas da
150 entidade FUNASA, o Sr. José Paulo (OMA Brasil) relatou uma conversa com o Sr.
151 Sebastião Werneck (FUNASA), representante da entidade, quando da segunda falta e
152 o mesmo disse que estava com dificuldade por ter os pais idosos. Foi solicitado ao
153 representante da FUNASA uma carta explicando a situação, e o Sr. Carlos Rogério
154 (AGEVAP) relatou que o Sr. Sebastião Werneck (FUNASA/SUEST-RJ) enviou um e-
155 mail no dia 24/11/2020 e no dia 26/11/2020 dizendo que estava com dificuldade de
156 participação e que iria acionar o seu substituto, Sr. José Roberto de Castro Gonçalves
157 (FUNASA/SUEST-RJ), que consta na ficha de inscrição do processo eleitoral da
158 instituição. Voltando para análise o Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que estritamente
159 a instituição deveria ser eliminada, mas que entende que estão com corpo técnico
160 reduzido e a repercussão negativa seria um ano sem FUNASA no subcomitê, que é

161 uma instituição importante relacionada ao saneamento, principalmente saneamento
162 rural. Seguiu pedindo ao Sr. Frederico Menezes (CEDAE) a opinião sobre a
163 FUNASA/SUEST-RJ, o mesmo através do chat se referiu a está situação como:
164 "Acredito que deve ser contactado o novo representante pela FUNASA". A Sra. Monica
165 Maria Pena (UFRJ) concordou com a colocação do Sr. Frederico Menezes (CEDAE),
166 dizendo que a FUNASA deveria ter uma chance de continuar no subcomitê, justificando
167 pontos importantes da atuação da instituição que são de interesse pro subcomitê e por
168 este momento em que se tenta contato com o substituto para saber se ele irá participar.
169 O Sr. Frederico Menezes (CEDAE) colocou no chat que é função precípua da AGEVAP
170 fazer esse contato. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que daqui para frente a parte
171 administrativa tem que acompanhar as faltas contactando a coordenação. Finalizou sua
172 fala explicitando que os membros do subcomitê ligados à questão do saneamento
173 reconhecem a importância da FUNASA para essa temática, mesmo com as faltas do
174 representante com atenuante das justificativas dadas pelo mesmo, e disse que iria
175 colocar em votação para decidirem a permanência ou não da instituição no Subcomitê
176 Oeste. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) disse que não concordava com nada
177 do que foi falado e que todas as organizações são importantes. Ela explicou que
178 entendeu que a FUNASA é importante no aspecto do saneamento, mas disse que o
179 Subcomitê Oeste não pode entrar na gestão da FUNASA para ligar para o substituto e
180 confirmar se ele quer realmente participar do subcomitê. Se a instituição oficialmente
181 mandou um e-mail apresentando um nome, a gestão disso é dela instituição e o
182 subcomitê não tem que ligar como a Sra. Monica Pena (UFRJ) indicou. Ela colocou
183 uma segunda questão sobre a lógica que estava sendo seguida de apresentar defesas
184 para avaliação de cada uma das instituições que são importantes em algum aspecto
185 para estar no comitê, mencionando que iria então preparar algumas defesas também.
186 Ela disse então que se deve tomar cuidado para que os membros sejam justos nessas
187 defesas de quem está faltando. O terceiro ponto colocado por ela foi a respeito de que
188 as vezes a instituição é importante num aspecto, em uma dimensão de estar presente
189 no comitê, mas num dado momento especificamente, política ou institucionalmente, ela
190 pode não ter condições de efetivamente participar contribuindo. Mencionou que
191 pensando nessa perspectiva o subcomitê poderia estar exigindo algo que talvez
192 institucionalmente a instituição pode não dar conta. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)

193 concordou com o posicionamento de que o subcomitê, e muito menos o coordenador,
194 deva ligar para a instituição. Disse que esse não é o papel do subcomitê e que o
195 representante titular que deveria estar ligando para o seu substituto. O Sr. Magno
196 Neves (IBDA) disse que não concordava com a forma como estava sendo apresentada
197 a situação de cada instituição, que era necessário saber apenas a situação das
198 entidades faltantes. Seguiu dizendo que o Regimento Interno fala de reunião Ordinária
199 e Extraordinária e que gostaria de confirmar se as reuniões que ocorreram como
200 mostrado em tela foram apenas extraordinárias mesmo. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
201 lembrou que todas as reuniões no período de pandemia do COVID-19 estavam sendo
202 extraordinárias. Seguindo o raciocínio, o Sr. Magno Neves (IBDA) do ponto de vista de
203 evitar questionamentos da forma que estava sendo colocada sobre uma entidade ter ou
204 não mais peso que outra mencionou que estavam usando critérios subjetivos e que
205 todos os casos precisam ser avaliados sob critérios objetivos e igualitários. Continuou
206 dizendo que segundo sua interpretação a forma que foi escolhida de apresentação já
207 levantava um problema pois todas as instituições entraram de forma igual e isso
208 poderia gerar conflito. Reiterou que a questão de decidir analisando uma por uma e
209 valorando uma por uma está errada na percepção dele pois os critérios devem ser
210 objetivos e analisar uma por uma coloca a subjetividade em voga. Disse que o
211 Regimento não permite subjetividade e que, então, a questão é objetiva e que a partir
212 do aspecto da falta deve se criar critérios para todos a serem aplicados na análise das
213 faltas. Partindo desse pressuposto disse que deveriam valorar os segmentos e como
214 cada segmento entende sobre a situação das entidades faltantes, já que cada
215 segmento que indicou/colocou as respectivas entidades como integrantes do
216 subcomitê. Dentre os critérios objetivos sugeriu então que na sua percepção poderia
217 ser observado o que cada segmento entende. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
218 mencionou que o Regimento permite que o coordenador eventualmente aceite uma
219 falta e disse que a sugestão do Sr. Magno Neves (IBDA) faz sentido. Solicitou que o Sr.
220 Carlos Rogério (AGEVAP) colocasse em tela apenas instituições que estavam com
221 faltas e então deixar os segmentos decidirem sobre suas respectivas entidades
222 integrantes. Complementou que a interpretação de que estaria sendo subjetivo estava
223 equivocada, que estava preferindo trazer fatos que teve trabalho para levantar ao invés
224 de simplesmente analisar de forma fria. O Sr. Magno Neves (IBDA) reforçou que não

225 concordava com a forma que estava sendo feita a apresentação exemplificando com o
226 fato de se ter parabenizado a primeira instituição na lista que apresentou assiduidade
227 exemplar e ter exposto a segunda instituição da lista por conta das faltas, que dessa
228 forma estaria valorando subjetivamente entidades. Disse que acreditava que esse
229 problema deveria ser enfrentado objetivamente, analisando apenas quem tem falta,
230 aplicando o regimento e vendo quem apontou problemas que justifiquem essas faltas.
231 O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que não havia subjetividade e pra evitar
232 subjetividade pediu ao Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) para colocar a lista dos faltosos
233 em tela e começar a análise dessas instituições uma a uma. A Sra. Jacqueline
234 Guerreiro (OMA Brasil) mencionou no chat “Acho importante este levantamento feito
235 pela Coordenação e Secretaria, mas temos de ser rigorosos muitas vezes pois senão
236 as faltas vão continuar”. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) respondeu que fez esse
237 trabalho de levantamento para não deixar escapar os fatos que são agravantes e
238 atenuantes. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) disse que esse trabalho que foi
239 feito é belíssimo e que é essa planilha apresentada que vai dar objetividade e subsidiar
240 as decisões. Mencionou que discordava um pouco do Sr. Magno Neves (IBDA) pois
241 achava importante verificar a planilha na sua totalidade. A Sra. Maria Lobo (Viva
242 Cosme Velho) registrou no chat que concordava com o Sr. Magno Neves (IBDA) e que
243 também achava justo o segmento zelar pela paridade. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
244 iniciou a votação sobre a FUNASA/SUEST-RJ, consultando os membros do segmento
245 do poder público presentes na reunião e pedindo para os mesmos registrarem no chat.
246 A Sra. Maria Teresa (CRBio) votou pela manutenção da entidade, o Sr. José Leonídio
247 (Fiocruz) votou pela exclusão, o Sr. Wanderson Santos (Fundação Rio Águas) votou
248 pela manutenção, o Sr. Humberto Saito (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) votou
249 pela exclusão, o Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) votou pela manutenção. O Sr.
250 Humberto Saito (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) e o Sr. José Leonídio (Fiocruz)
251 registraram no chat que votavam seguindo o regimento. A votação se encerrou
252 totalizando 3x2 para a manutenção da FUNASA/SUEST-RJ. Seguiu-se analisando as
253 próximas instituições com faltas. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) mencionou que a
254 questão da Fundação Rio Águas já tinha sido resolvida e fora explicada anteriormente
255 e mencionou também a questão do ICMBio, explicando para os membros que durante
256 um tempo a instituição permaneceu sem representante no subcomitê por questões

257 internas e institucionais, já que passou por uma reestruturação na nova gestão, mas
258 que depois de contato com a instituição foi indicado o Sr. Breno Herrera (ICMBio) que
259 passou mais recentemente a ser o representante. Em seguida, iniciou-se a votação
260 sobre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, consultando os membros presentes
261 do segmento do poder público. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) mencionou que a
262 representante só compareceu em uma das sete reuniões ocorridas e nunca deu
263 justificativa. O Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) perguntou no chat se existia alguma
264 indicação de que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias iria regularizar sua
265 participação ou indicar um substituto, sendo respondido pelo Sr. Carlos Rogério
266 (AGEVAP) que até o momento não houve manifestação. A Sra. Maria Teresa (CRBio)
267 votou pela manutenção, o Sr. José Leonídio (Fiocruz) se absteve, o Sr. Wanderson
268 Santos (Fundação Rio Águas) votou pela manutenção, o Sr. Humberto Saito (Prefeitura
269 Municipal de Belford Roxo) votou pela exclusão, o Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA)
270 votou pela exclusão. A votação então ficou empatada e o Sr. José Paulo (OMA Brasil)
271 perguntou qual era a interpretação dos membros presentes para o desempate. O Sr.
272 José Leonídio (Fiocruz) registrou no chat que “a Prefeitura terá um novo prefeito e é um
273 município importante no sub”. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) sugeriu que
274 como há muitas vacâncias para o poder público poderia se aproveitar as novas
275 eleições municipais para enviar cartas às prefeituras para que elas entrem no comitê. O
276 Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que no caso da Prefeitura Municipal de Duque de
277 Caxias se ela for excluída será punida por um ano conforme regimento. Ele falou que o
278 resultado todo desse processo será enviado para diretoria analisar e na questão de
279 empate que não se trata mais do segmento analisar disse que era favorável a eliminar
280 e teriam que esperar um ano para então ver se é realmente importante participar do
281 subcomitê. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) complementou que a punição
282 seria por um ano oficialmente, mas que a instituição poderia vir como convidada e atuar
283 bastante. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) concordou que não precisa ser titular para
284 atuar e exemplificou com o seu caso no passado e em outros comitês. A Sra. Maria
285 Augusta (Rio Ambiental) registrou no chat que “a Prefeitura de Caxias poderia ser
286 notificada para se expressar pois a Baixada Fluminense precisa da participação das
287 prefeituras”. A Sra. Maria da Silveira Lobo (Viva Cosme Velho) colocou no chat que a
288 Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) estava certa e que cabe ao comitê e a diretoria

289 zelar pela boa governança, sendo isto um indicador da OGA (Observatório das Águas).
290 O Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) registrou no chat concordar com a Sra. Jacqueline
291 (OMA Brasil) e a Sra. Maria Augusta (Rio Ambiental) e perguntou se poderia alterar o
292 seu voto, o que ficou sem resposta e continuou-se então para o desempate. Seguindo
293 com a questão do desempate o Sr. Magno Neves (IBDA) deixou como sugestão que o
294 “voto de minerva” seja dado pelo coordenador do segmento. O Sr. José Paulo (OMA
295 Brasil) reforçou que essas lacunas devem ser revistas numa eventual revisão de
296 regimento para dar mais segurança jurídica. Por fim, na ausência do representante da
297 coordenação do segmento (Sr. Guilherme Guimarães representante da Prefeitura
298 Municipal de Nova Iguaçu), o coordenador geral do subcomitê Sr. José Paulo (OMA
299 Brasil) votou pela exclusão e desempatou a votação. A votação então se encerrou
300 totalizando 3x2 pela exclusão. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) prosseguiu a reunião
301 falando sobre a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e o seu representante o Sr.
302 Guilherme da Silva Guimarães (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu), disse que ele
303 enviaria e-mail justificando as faltas por motivos de saúde e com indicação de quem o
304 estaria substituindo. O Sr. Carlos Rogério confirmou que ele enviou o e-mail para o
305 CBH-BG no dia 19/11/2020, formalizando ausência por motivos de saúde e informando
306 que a entidade providenciará substituto. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) falou que é
307 preciso ver essa questão das mensagens recebidas pelo CBH-BG que se perdem e
308 que é preciso que os subcomitês e os seus administrativos recebam essas informações
309 também. O Sr. Fernando Magalhães (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) solicitou
310 deixar registrado que “a inobservância do Regimento Interno configura verdadeira
311 ofensa ao princípio da legalidade, impondo-se a nulidade dos atos decisórios que não
312 cumpriram o determinado em lei”. A Sra. Maria da Silveira Lobo (Viva Cosme Velho)
313 leu um dos indicadores da OGA na dimensão das relações intergovernamentais que diz
314 sobre a presença de órgãos públicos setoriais afins da gestão de recursos hídricos com
315 representação nos comitês e se o ente coordenador atua promovendo a articulação
316 horizontal e vertical e opinou que essa atitude um pouco rígida de retirar algumas
317 instituições não seria boa a longo prazo para o funcionamento do comitê. Que o intuito
318 é fortalecer e não esvaziar o mesmo, algo deve ser feito para não perder tantas
319 instituições, principalmente do setor público. Disse que a gestão e governança ficariam
320 ameaçadas dessa maneira. A Sr. Maria Teresa (CRBio) fez questão de deixar claro

321 que entende que há brechas legais no Regimento Interno e estava votando de acordo
322 com elas, que se tiver alguma ilegalidade alguém a explicasse pois ela voltaria atrás
323 em seus votos. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) mencionou a máxima de que a plenária
324 é soberana e disse que, antes mesmo da plenária, no próprio regimento existe previsão
325 do coordenador avaliar as situações e poder justificar as faltas. Ele disse que poderia
326 estar usando diretamente essa prerrogativa, mas que preferiu fazer esse processo
327 criteriosamente. Disse que algumas pessoas interpretaram que os critérios eram
328 subjetivos, porém reforçou que não foram, foi apenas um nível mais detalhado de
329 informação para tomar a decisão e que preferiu conduzir dessa forma para trazer
330 transparência total. O Sr. Frederico Menezes (CEDAE) pediu no chat para prosseguir
331 com a votação porque depois as decisões vão para a CTIL do CBH-BG mesmo para
332 avaliação. O Sr. Fernando Magalhães (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) disse que
333 as reuniões do comitê são reuniões do poder público, e que, portanto, diferentemente
334 do direito privado, o direito público não permite brechas. Complementou dizendo que
335 se o Regimento Interno tem brechas, não há como prosseguir e ainda mencionou os
336 princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e
337 eficiência. Exemplificou dizendo que se o regimento, com ou sem defeitos, traz uma
338 regra explícita, qualquer ação contrária a ela ofende o princípio da legalidade e pode vir
339 a ser anulada via recurso administrativo ou via judicial. Fora do mundo jurídico
340 mencionou que em outro aspecto tal como ecologia política e sobre o acesso a
341 recursos naturais, representação, efetividade, a função do comitê é uma gestão
342 participativa das águas, e que se as entidades não participam mesmo estando
343 legitimamente inseridas no comitê, há uma clara falta de representatividade, ou seja,
344 elas não tem interesse, pois quem tem interesse se manifesta. Nesses dois pontos de
345 vista, seja no aspecto da ecologia política que é mais sociológico, seja pelo aspecto
346 legal, é possível defender sim as exclusões das instituições, e se elas vierem a se
347 sentir prejudicadas futuramente também poderão via recurso administrativo ou via
348 judicial pleitear reingresso. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA Brasil) diz que é contrária
349 a posição da Sra. Maria da Silveira Lobo (Viva Cosme Velho), que por justamente
350 estarem sendo rigorosos com os faltantes, isso fortalecerá o comitê, pois fortalecer o
351 comitê é deixar quem tiver disponibilidade de trabalho e quem queira compartilhar
352 saberes. Ela disse que o trabalho técnico que é realizado no comitê, no mercado vale

353 muito. A Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) discordou do posicionamento do Sr.
354 Fernando Magalhães (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) em relação à ecologia
355 política, considerando uma desqualificação deselegante da sociologia e falando que
356 isso acontece muito no momento político atual. Em relação a Sra. Jacqueline Guerreiro
357 (OMA Brasil) a Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) disse que havia concordado com a
358 sua fala referente à sugestão de enviar cartas para as entidades do poder público que
359 não estão comparecendo e tinha entendido que ambas estavam em concordância.
360 Mencionou que estão com um problema de participação e comunicação muito grande.
361 Continuou sua fala dizendo que apenas o rigor não seria o caminho para fortalecer, que
362 é preciso fazer uma gestão ativa para maior participação social no comitê e que deve
363 haver uma leitura sociológica sim, principalmente nesse momento político de
364 desconstrução das políticas de participação social. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
365 respondeu para a Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) que a ideia é mandar mesmo as
366 cartas para as instituições sinalizando quem foi excluído e o motivo e sinalizar para
367 quem tiver no limite de faltas. O Sr. Wanderson Santos (Fundação Rio Águas)
368 concordou no chat dizendo que é preciso incentivar ao máximo o envolvimento de
369 todos e que foi um ano muito difícil para muitas pessoas. O Sr. José Leonídio (Fiocruz)
370 registrou no chat: “As subjetividades estão definindo quem é excluído ou não do poder
371 público. As prefeituras passaram ou estão passando por eleições. Não consigo
372 entender as subjetividades. Por isso o regimento interno deveria ser considerado no
373 seu rigor. Essa é a principal defesa e valorização do Comitê”. O Sr. Fernando
374 Magalhães (Prefeitura Municipal de Belford Roxo) registrou no chat que “No aspecto
375 jurídico deve seguir o RI. Apenas que seja assegurada uma efetiva representatividade
376 e não mera representação do CBH e Subcomitê. Uma gestão participativa e
377 governança das águas, aspectos de regulação ambiental, na ideia é privilegiar a
378 qualidade de quem está efetivamente trabalhando do que quem sequer comparece” e
379 complementou que “A esfera pública deve seguir o rigor da lei”. O Sr. José Paulo (OMA
380 Brasil) prosseguiu com a lista analisando a situação da Secretária Estadual de
381 Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA. Ele pediu para que “por
382 SEAPPA leia-se EMATER” e mencionou que as reuniões do subcomitê têm coincidido
383 com as reuniões que vários especialistas da EMBRAPA estão fazendo para reforçar a
384 parte da agricultura. Disse que ele mesmo participou de três dessas reuniões com o Sr.

385 Guilherme Strauch (SEAPPA) e falou da importância e da participação da EMATER-
386 RIO especialmente na área da porção norte do CBH-BG e no que se refere ao TAC
387 com o Ministério Público no âmbito do Subcomitê Leste e o projeto de PSA
388 (Pagamento por Serviços Ambientais). Mencionou que essa situação das faltas não
389 representa a realidade, já que a instituição contribui de outras formas e é atuante, e
390 completou que, portanto, com sua prerrogativa de abonar faltas decidiu abonar essas
391 faltas e agradeceu ao Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) por ter comparecido a essa
392 reunião. Ainda mencionou que conversou com ele para a SEAPPA/EMATER-RIO
393 designar não um representante da cúpula, mas sim pessoas envolvidas no Programa
394 Rio Rural. Solicitou então que o Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) explicasse
395 brevemente o que estava sendo realizado pela EMATER-RIO no âmbito do Programa
396 Rio Rural. O Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) declarou que estava bastante
397 preocupado com a dificuldade de participação nas reuniões do Subcomitê Oeste e que
398 desde o ano passado, dentro da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável
399 que coordenou todo o trabalho do Programa Rio Rural já vinha buscando a
400 aproximação com diversos Comitês de Bacia devido a interface e importância da
401 extensão rural. Confirmou que em conversa com o Sr. José Paulo (OMA Brasil) foi dito
402 que já há uma pessoa para substituição e pediu uma ajuda para formalização de como
403 seria o procedimento para indicação. Disse que está participando de várias frentes,
404 citando os trabalhos em Cachoeiras de Macacu sobre transição agroecológica para
405 produção mais sustentável, com recursos do TAC do COMPERJ. Ele explicou que a
406 EMATER-RIO está representando a SEAPPA no comitê e mencionou que a indicação
407 do seu nome pela entidade não tenha sido a melhor escolha por conta da agenda
408 cheia. O Sr. José Paulo reclamou que na lista de presença apresentada em tela
409 deveria estar constando as faltas da SEAPPA como justificadas como já havia sido
410 comunicado por ele. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) reiterou que o Subcomitê Oeste
411 está com uma fragilidade pois só tem quatro instituições do setor usuários e desses a
412 maioria não está presente, que isso poderia ter como consequência a falta de quórum.
413 Disse que todos deveriam fazer um esforço para atrair mais representantes do setor
414 usuário e que ele estava tentando trazer instituições do setor de agricultura por
415 exemplo. O Sr. José Leonídio (Fiocruz) registrou no site que “Poder Público municipal
416 também é estratégico para os objetivos do Comitê”. O Sr. Humberto Saito (Prefeitura

417 Municipal de Belford Roxo) diz que a qualidade dos membros tem que ser observada.
418 Disse que percebeu em várias reuniões, tanto do comitê quanto do subcomitê, que
419 “apesar da presença tem instituições e pessoas que simplesmente vão, entram mudas
420 e saem caladas, não participam de nada, não contribuem com nada e isso reflete na
421 dificuldade da formação de Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas, que isso traz o
422 peso de um comitê, que é justamente uma área onde a gente planeja (...)”.Reiterou que
423 percebe ser necessário ter um foco na qualidade e não apenas na presença. Disse que
424 o Setor Público, referindo especificamente à Prefeitura Municipal de Belford Roxo, quer
425 estar presente sim. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) mencionou que gostaria da ajuda
426 das instituições que são um exemplo de participação, e não só presença, para engajar
427 outras instituições. A Sra. Luciana Falcão (Viva Cosme Velho) pediu um esclarecimento
428 sobre se existe no Regimento Interno a votação por segmento e que solicitou que
429 ficasse explícito na ata que a votação não foi uma decisão da Plenária do Subcomitê e
430 sim do segmento definido de acordo com as faltas. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
431 decidiu consultar os presentes com direito a voto para que manifestassem se isso que
432 foi acordado de votação por segmento estava então valendo, ou não, para evitar
433 instabilidade. Perguntou se todos então concordavam que quem está em melhor
434 condição de avaliar as instituições de um segmento é o próprio segmento. A Sra.
435 Luciana Falcão (Viva Cosme Velho) explicou que só queria que constasse em ata que
436 as decisões estavam ocorrendo por segmento e não por decisão da plenária como um
437 todo. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que gostou da fala e que estava colocando
438 para votação se todos concordavam para evitar dubiedade. Colocou então em votação
439 dentro do Poder Público, para saber se todos os presentes com poder de voto
440 concordavam com essa interpretação que estava sendo usada, não havendo nenhuma
441 manifestação contrária. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) começou a votação, ainda no
442 segmento Poder Público, sobre a instituição suplente INEA/REVISEST. O Sr. Carlos
443 Rogério (AGEVAP) explicou que na última reunião foi decidido que a instituição
444 INEA/REVISEST seria suplente da Prefeitura Municipal de Magé. A Sra. Jacqueline
445 Guerreiro (OMA Brasil) lembrou que nessa mesma reunião o representante do
446 INEA/REVISEST pediu desculpas e explicou que as ausências se deram pelo fato do
447 seu desconhecimento de que os suplentes também deveriam estar presentes em
448 todas as reuniões. A Sra. Maria Teresa (CRBio) votou por manutenção da entidade, o

449 Sr. José Leonídio (Fiocruz) se absteve, o Sr. Wanderson Santos (Fundação Rio Águas)
450 votou pela manutenção, o Sr. Humberto Saito (Prefeitura Municipal de Belford Roxo)
451 votou pela exclusão, o Sr. Guilherme Strauch (SEAPPA) votou pela manutenção.
452 Totalizando 3x1 pela manutenção da entidade. A Sra. Rejany Ferreira (Rede CCAP)
453 escreveu no chat que tem “total acordo sobre o papel da entidade delegatária ser a
454 responsável por entrar em contato com os membros do comitê e dos subcomitês” e o
455 Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) respondeu que “esta reunião é exatamente fruto dessa
456 interação, que a Secretaria Executiva que levantou o problema há mais de um mês
457 atrás” e o Sr. José Paulo (OMA Brasil) reiterou que é importante o aperfeiçoamento do
458 fluxo e comunicação entre a Secretaria Executiva e os subcomitês. O Sr. José Paulo
459 finalizou as votações do segmento Poder Público e seguiu para análise das instituições
460 ausentes pertencentes ao segmento de Usuários. O único representante do setor de
461 usuários presente na reunião foi o Sr. Frederico Menezes (CEDAE) que foi perguntado
462 se era favorável que quem tem a melhor a condição de avaliar um segmento é o
463 próprio segmento, conforme lógica da votação realizada para o segmento Poder
464 Público, e o Sr. Frederico Menezes (CEDAE) concordou e disse para seguir o
465 Regimento Interno, o que significa seguindo esse raciocínio que os representantes do
466 segmento usuário que tiverem número de faltas elevado devem ser jubilados. Iniciou-se
467 então a análise das instituições do segmento Usuários, começando pelo SINDPESCA.
468 O Sr. José Paulo (OMA Brasil) explicou que o representante, Sr. Paulo Cesar
469 (SINDPESCA) tem duas faltas justificadas por questão de saúde e duas faltas sem
470 justificativas, o que então não caracterizaria condição para desligamento, porém frisou
471 que na reunião em questão ele também estava ausente, e tão logo ocorresse a
472 atualização da tabela ele possuiria três faltas. O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
473 explicando que não era o que ele queria pôs para reflexão que a rigor deveria ser
474 desligado. Ainda mencionou que a questão era mais delicada pois ele é o
475 representante do subcomitê na Diretoria do CBH-BG. A Sra. Jacqueline Guerreiro
476 (OMA Brasil) quis deixar registrado que solicitou formalmente a Diretora Presidente do
477 CBH-BG, Sra. Christianne Bernardo (OAB), para entrar em contato com o
478 representante do Subcomitê Oeste na diretoria, Sr. Paulo Cesar Lopes Siqueira
479 (SINDPESCA), explicitando que ele tem um papel político muito importante e deveria
480 estar mais presente, sendo representante do Subcomitê Oeste na Diretoria do Comitê

481 (CBH-BG). O Sr. Magno Neves (IBDA) falou que hoje, no mandato atual, ele é o diretor
482 jurídico do SINDPESCA e que está tentando junto à instituição resolver essa situação,
483 apesar que por conta de questões pessoais a situação no momento é complicada e
484 mencionou também que a sede do SINDPESCA possui estrutura precária. O Sr. Magno
485 Neves (IBDA) disse que estava explicando e não justificando e complementou que a
486 partir do momento que se defini critérios objetivos eles devem ser utilizados de forma
487 igual para todos. Por fim, mencionou que até tentou articular com eles de ser o
488 representante do SINDPESCA caso conseguisse algum representante para substituí-lo
489 como representante do IBDA, mas mencionou que no meio jurídico, por conta do
490 pragmatismo, poucas pessoas entendem essa questão de construção coletiva e, por
491 isso, tinha dificuldade de achar outros representantes para o IBDA no comitê. A Sra.
492 Jacqueline Guerreiro perguntou se para a reunião de hoje o representante do
493 SINDPESCA havia mandado justificativa e se não, qual era a dificuldade de mandar as
494 justificativas. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que não houve justificativa e explicou
495 que também desde o início do mandato tenta resolver essa situação junto a Diretoria,
496 estando sempre em contato com a instituição que sempre responde gentilmente.
497 Mencionou que o problema do subcomitê é que precisam ficar dependendo apenas dos
498 poucos usuários que participam das reuniões e que essa questão ameaça o quórum
499 para realização das reuniões, mencionando que um dia, para atingir o quórum, teve de
500 ligar para o Sr. Frederico Menezes (CEDAE), que mesmo com motivos para se
501 ausentar da reunião encarecidamente entrou para dar quórum e permitir o
502 prosseguimento da reunião. Reiterou dessa forma a importância de trazer instituições
503 do segmento Usuários pertinentes para o subcomitê. A Sra. Rejany Ferreira (Rede
504 CCAP) perguntou ao Sr. Magno Neves (IBDA), como ficaria, de acordo com o
505 Regimento, a situação do Sr. Paulo Cesar (SINDPESCA), uma vez que ele representa
506 o subcomitê na Diretoria do CBH-BG e desligado do Subcomitê Oeste ele não poderia
507 participar do comitê (CBH-BG). O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que também tem
508 essa dúvida, mas acreditava que na saída dele a vaga de Diretor deveria ser ocupada
509 por membro do mesmo segmento que possui maior votação. O Sr. Magno Neves
510 (IBDA) disse que é uma situação que foge à regra geral então ela não está registrada
511 no Regimento, mas que existem outras regras para parametrizar. Disse, por exemplo,
512 que na eleição a vaga de diretor do Subcomitê Oeste ficou para o setor Usuário, então,

513 pela lógica seria manter isso para equilibrar a Diretoria do CBH-BG. Mas reforçou que
514 não tem muita clareza sobre a questão mas que via esse como um raciocínio, ou até
515 colocar para decisão internamente no subcomitê para eleger novo diretor, mas que
516 essa segunda opção poderia desequilibrar a Diretoria caso fosse eleito pessoa de outro
517 segmento. No momento desse diálogo a Sra. Luciana Falcão (Viva Cosme Velho)
518 registrava no chat parágrafos do Regimento Interno que dizem: “§ 5º - As ausências
519 justificadas deverão ser comunicadas por e-mail ou carta / ofício à Secretaria Executiva
520 e informada no início da reunião” e “§ 6º - Em caso de impossibilidade de comunicação
521 ou força maior, a diretoria do CBH/BG poderá considerar justificativas posteriores à
522 reunião”. Ela reiterou que o SINDPESCA ainda poderia justificar de acordo com o
523 parágrafo sexto. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) seguiu falando da Zona Oeste Mais
524 Saneamento que também estava pendurada em relação as faltas e solicitou que os
525 Srs. Carlos Rogério (AGEVAP) e Renan Pinto (AGEVAP) entrassem em contato e
526 explicassem a consequência das ausências e perguntassem se havia justificativa pelas
527 faltas. O Sr. Wanderson Santos (Fundação Rio Águas) escreveu no chat que iria
528 comunicar a Diretoria Colegiada da Fundação Rio Águas sobre a ausência da Zona
529 Oeste Mais Saneamento. O Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) colocou no chat que a
530 situação da AHOMAR era também semelhante à do SINDPESCA, registrando faltas
531 suficientes para desligamento segundo o Regimento Interno. O Sr. José Paulo (OMA
532 Brasil) solicitou que o Sr. Magno Neves (IBDA) entrasse em contato para ver se havia
533 justificativas e que no caso do SINDPESCA se houvesse justificativa de ausência na
534 reunião em questão ele ainda não possuiria três ausências não justificadas. O Sr.
535 Magno Neves (IBDA) perguntou se a partir de dezembro os números de faltas seriam
536 zerados dado o fim do ano, e o Sr. José Paulo respondeu que os 12 meses era em
537 relação ao início do mandato, que as faltas seriam zeradas apenas em julho de 2021.
538 O Sr. José Paulo (OMA Brasil) abriu a votação para o setor de Usuários, relacionado a
539 AHOMAR e seguindo a resposta do Sr. Frederico Menezes (CEDAE) representante da
540 CEDAE e único membro do setor de Usuários presente na reunião, sobre seguir o
541 Regimento Interno, a instituição AHOMAR foi excluída do subcomitê. O Sr. José Paulo
542 (OMA Brasil) pediu ao Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) entrar em contato com a entidade
543 Zona Oeste Mais Saneamento, alertando que se ela sair do subcomitê a instituição
544 ficará de fora por um ano. A Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) registrou que nos e-

545 mails que ela recebe do subcomitê percebeu que os enviados à AHOMAR sempre
546 retornam e o Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) explicou que também existe um outro e-
547 mail deles no mailing que está funcionando normalmente. Prosseguindo a reunião o
548 Sr. José Paulo (OMA Brasil) perguntou a todos membros presentes do segmento
549 Sociedade Civil se concordavam de quem tem a melhor condição de avaliar um
550 segmento é ele próprio, para iniciar a votação sobre as exclusões das entidades
551 faltantes, e ninguém manifestou contra sua fala. A Sra. Jacqueline Guerreiro (OMA
552 Brasil) pediu esclarecimentos para confirmar se o que estava marcado de “X vermelho”
553 na tabela em tela era porque não houve justificativa formal de ausência e o Sr. José
554 Paulo (OMA Brasil) respondeu que o seu entendimento estava correto e que quando as
555 instituições mandaram justificativa pelo whatsapp foram solicitadas à enviarem via e-
556 mail. Ele reforçou o pedido aos membros de que as justificativas de ausência por
557 motivos de saúde fossem mais formais, para não ser uma questão subjetiva. O Sr.
558 José Paulo (OMA Brasil) começou falando do NEPP, que já constava com três faltas e
559 que entrou em contato com a Sra. Marina Costa (NEPP) e que ela disse que não
560 estava com condições de continuar. Disse que considerava uma pessoa com muita
561 importância para o subcomitê, mas que à luz do Regimento Interno era favorável ao
562 desligamento, mencionando que ela poderia participar como convidada em reuniões
563 futuras. O Sr. José Paulo mencionou o caso da Associação Ecocidade que com a
564 computação da falta da reunião em questão ficaria numa situação que a rigor o
565 regimento prevê desligamento. Ele pediu que a Secretaria Executiva entrasse em
566 contato e perguntasse se havia justificativa. O Sr. Magno Neves (IBDA) alertou que
567 achava que a falta do dia da reunião não deveria ser computada no mesmo dia pois
568 ainda haveria tempo para justificativa. Ainda mencionou que o Sr. José Miguel
569 (Associação Ecocidade) estava no momento em reunião do CONEMA tratando sobre
570 questões ligadas ao saneamento, que tem sinergia com o comitê e com a atuação dele.
571 O Sr. José Paulo (OMA Brasil) começou a votação sobre a exclusão do NEPP, e
572 mencionou novamente que a instituição possui três faltas e que entrou em contato com
573 a representante que justificou estar sem condições para participar. Ele solicitou que o
574 Sr. Carlos Rogério entrasse em contato solicitando formalmente essa decisão dela de
575 não continuar. Voltando à votação foi lembrado que as instituições suplentes não
576 estavam votando pelo fato de não haver definição das suplências no subcomitê e que

577 por mais que houvesse ausência de titulares, os suplentes presentes não estavam
578 votando por esse motivo de não haver ainda definição da vinculação de suplentes aos
579 titulares específicos. A Sra. Rejany Ferreira (Rede CCAP) e o Sr. Magno Neves (IBDA),
580 lembraram que a entidade renunciou e logo com isso não seria necessário a votação
581 de sua exclusão. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) concordou com essa colocação e
582 pediu para o Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) solicitar junto ao NEPP a formalização da
583 saída. Continuando a análise foi mencionado que a representante da UNIG, Sra. Paula
584 Fernandes (UNIG) passou por problemas de saúde e o coordenador Sr. José Paulo
585 (OMA Brasil) solicitou abonar as duas primeiras faltas. Após isso o Sr. José Paulo
586 (OMA Brasil) iniciou a votação sobre a exclusão do SINTSAMA. O Sr. Magno Neves
587 (IBDA) votou pela exclusão, a Sra. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) votou pela
588 manutenção, a Sra. Rejany Ferreira (Rede CCAP) votou pela exclusão e o Sr. José
589 Paulo (OMA Brasil) votou pela exclusão, totalizando 3x1 pela exclusão da entidade. O
590 Sr. Licínio Rogério (FAM Rio) perguntou quantos titulares do segmento Sociedade Civil
591 estavam presentes na reunião e o Sr. Lucas Charles (AGEVAP) respondeu que eram
592 quatro. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) explicou que já na última reunião haviam se
593 adequado ao Regimento Interno e que já não estavam usando a lógica do suplente
594 substituir qualquer titular ausente. O Sr. Licínio Rogério (FAM Rio) perguntou aonde
595 estava escrito no Regimento Interno que o suplente tinha que estar amarrado à um
596 titular. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que isso já havia sido explicado e que o
597 Regimento Interno do CBH-BG, diferentemente do CBH-Piabanha que utiliza a lógica
598 do “suplente flutuante”, utiliza a lógica do “suplente fixo”. Seguindo com a análise sobre
599 o PROFEC o Sr. José Paulo (OMA Brasil) disse que não havia de tomar nenhuma
600 decisão em relação e solicitou que o Sr. Carlos Rogério (AGEVAP) mandasse e-mail
601 para a instituição solicitando um novo representante. Falando sobre a instituição ALMA
602 ele mencionou que o próprio representante havia pedido para sair do comitê e entendia
603 que por ter sido nessa situação não precisaria eventualmente esperar um ano para
604 ingressar novamente e perguntou para o Sr. Magno Neves (IBDA) se era essa mesma
605 a interpretação. O Sr. Magno Neves (IBDA) diz que o que havia colocado é que a
606 renúncia é ato de vontade da instituição e a punição do Regimento Interno incide sobre
607 aquela que é excluída do comitê. O Sr. José Paulo (OMA Brasil) mencionou que a
608 renúncia do Sr. Abílio Valério (ALMA) ocorreu após a instituição ter três ausências

609 computadas e questionou nesse caso o que prevaleceria. O Sr. Magno Neves (IBDA)
610 disse que se não chegou a se efetivar a exclusão ele tem o direito de renunciar e se
611 hoje for tomada uma decisão e a entidade não tiver formalizado a saída, valeria a
612 decisão de hoje. Disse que no caso do Sr. Abílio Valério (ALMA) não sabia o
613 documento que foi feito, e se era ele quem estava saindo ou se era a instituição. O Sr.
614 José Paulo (OMA Brasil) disse que foi a instituição que saiu e que acreditava que era
615 um caso que existe a responsabilidade do representante, que deveria comunicar à sua
616 instituição sobre o seu desligamento para que a mesma pudesse indicar um substituto.
617 A Sra. Luciana Falcão (Viva Cosme Velho) alertou que a punição no Regimento Interno
618 é pela falta e não pelo motivo da falta. O coordenador do subcomitê, Sr. José Paulo
619 (OMA Brasil), disse que essa interpretação seria debate na CTIL. Em seguida, o Sr.
620 Licínio Machado (FAM Rio) disse que sempre houver a opção de manter uma entidade,
621 deveria ser feito dessa forma em detrimento da exclusão, sendo alertado pelo Sr. José
622 Paulo (OMA Brasil) que pelo Regimento Interno não existe esta interpretação.
623 Seguindo, mencionou a situação da UNIGRANRIO que já possui muitas faltas, mas
624 que o representante disse ter passado um período com o e-mail errado nos registros do
625 subcomitê e os e-mails não estavam chegando para ele. Apesar de achar que o
626 representante poderia ter buscado informações, nesse caso o coordenador Sr. José
627 Paulo (OMA Brasil) usando sua prerrogativa abonou as faltas. O Sr. Elvio Machado
628 (UNIGRANRIO) se manifestou dizendo que ainda é novato e está aprendendo sobre
629 como se posicionar nos grupos e repetiu que não estava recebendo os e-mails. Logo
630 após começou a votação sobre a exclusão da AMGRA. Todas as entidades do
631 segmento Sociedade Civil presentes votaram pela exclusão da entidade, totalizando 4
632 votos e encerrando a primeira pauta da reunião. **2-** O Sr. José Paulo (OMA Brasil)
633 começou o agendamento das reuniões do ano de 2021. O Sr. Carlos Rogério
634 (AGEVAP) explicou que era para marcar as reuniões ordinárias. O Sr. Licínio Rogério
635 (FAM Rio) opinou que deveria alterar esse tanto de reunião extraordinária que estava
636 ocorrendo para ordinárias. O Sr. Magno Neves (IBDA) também concordou que não vê
637 muita motivação para as reuniões estarem ocorrendo como extraordinária. E que já via
638 motivos para se retornar à normalidade regimental. Alertou que é necessário marcar
639 quatro (4) reuniões ordinárias no mínimo, por ano. Em debate com todos os membros
640 foi acordado as datas 28/01/2021, 28/04/2021, 28/07/2021 e 27/10/2021 para as

641 reuniões ordinárias. Sem mais nada a declarar, foi encerrada a reunião às 13:21h, eu,
642 Carlos Rogério Vieira Torres, transcrevi a ata e dou fé.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2020

José Paulo Azevedo
Coordenador Subcomitê Oeste

Encaminhamentos:

1. Ver quais as instituições participam do Subcomitê Oeste e do CBH-BG e analisar como está a questão das faltas delas nas reuniões do CBH-BG. Utilizar essa questão como critério para analisar a questão da substituição e desligamento de instituições, já que a exclusão no subcomitê exclui automaticamente do CBH-BG
2. Entrar em contato com a FUNASA para falar a respeito de novo representante
3. Colocar todas as ausências da SEAPPA como ausência justificada na lista de presença
4. Cobrar representante substituto da SEAPPA
5. Solicitar comunicado de desistência oficial de representação a NEPP
6. Corrigir as duas primeiras faltas da Sra. Paula Fernanda representante da UNIG colocando como justificadas por motivo de saúde
7. Justificar as faltas do Sr. Elvio Machado representante da Unigranrio
8. Fazer contato com todas as instituições com duas faltas alertando sobre o limite regimental de ausências
9. Desligamento das instituições: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, AHOMAR, SINTSAMA e AMGRA conforme deliberado por votação de cada segmento durante a reunião
10. Entrar em contato com a PROFEC para falar a respeito de novo representante



Comitê de Bacia da
Baía de Guanabara

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH/BG

LISTA DE PRESENÇA:

COMPOSIÇÃO DO SUBCOMITÊ OESTE					
Poder Público					
Titular	Conselho Regional de Biologia - CRBio	Maria Teresa de Jesus Gouveia (Titular)	✓		
		Vera Lucia Vaz Agarez (Substituta)	X		
Titular	Fundação Nacional De Saúde – SUEST/RJ	Sebastião Marcos Werneck (Titular)	J		
		José Roberto Gonçalves (Substituto)	X		
Titular	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	José Leonídio Madureira de Sousa Santos	✓		
Titular	Fundação Rio Águas	Wanderson José dos Santos (Titular)	✓		
		Marcos Cotrim Serpa (Substituto)	X		
Titular	ICMBio – NGI Teresópolis	Breno Herrera da Silva Coelho	X		
Titular	Prefeitura de Belford Roxo - Secretaria de Meio Ambiente	Humberto Yoshiharu Saito	✓		
Titular	Prefeitura de Duque de Caxias	Julia Graziela Uchôa	X		
Titular	Prefeitura Municipal de Magé	Maria Aparecida de S. de Rezende (Titular)	X		
		Aline Ferreira da Silva (Substituta)	X		
Titular	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu	Guilherme da Silva Guimarães	X		
Titular	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA	Guilherme de Freitas Ewald Strauch	✓		
Suplente	Refúgio Vida Silvestre Estadual Serra da Estrela (INEA/REVISEST)	Eduardo Pinheiro Antunes	J		
Usuários					
Titular	Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR	Alexandre Anderson de Souza	X		
Titular	Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE	Frederico Menezes Coelho	✓		
Titular	Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais, Aprendizes de Pesca, Pescadores Amadores, Maricultores, Aqüicultores, Piscicultores – SINDPESCA	Paulo Cesar Lopes Siqueira	X		
Titular	Zona Oeste Mais	Iara da Silva de Almeida	J		
Sociedade Civil					
Titular	Trama Ecológica	Helan Nogueira da Silva	✓		
Titular	Associação Ecocidade	José Miguel da Silva (Titular)	J		
		Leandro Travassos (Substituto)	X		
Titular	Núcleo Ecológico Pedras Preciosas - NEPP	Marina Costa Bernardes	X		
Titular	Instituto Brasileiro de Direito Ambiental - IBDA	Magno Neves Barbosa	✓		
Titular	Defensores do Planeta	Mauro André dos Santos Pereira	X		
Titular	Associação de Moradores e Amigos Viva Cosme Velho	Maria da Silveira Lobo (Titular)	✓		
		Luciana Falcão (Substituta)	✓		
Titular	Universidade Iguaçu - UNIG	Paula Fernanda Chaves Soares	✓		
Titular	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região – SINTSAMA	Mario Porto dos Santos	X		
Titular	Rede CCAP - Rede de Empreendedores Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável	Rejany Ferreira dos Santos	✓		
Titular	Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA Brasil	José Paulo Azevedo (Titular)	✓		
		Jacqueline Guerreiro (Substituta)	✓		
Suplente	Programa de Formação e Educação Comunitária – PROFEC	Daniel Ferreira da Silva	-		
Suplente	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Monica Maria Pena	✓		
Suplente	Associação de Moradores da Lauro Muller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud e Adjacências – ALMA	Abílio Valério Tozini	-		
Suplente	Federação das Associações de Moradores do Município Rio De Janeiro – FAMRIO	Licínio Machado Rogério	✓		
Suplente	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO	Elvio Machado Martins Junior	✓		
Suplente	Associação de Moradores do Grajaú – AMGRA	Jeandra Luna Lima Pedrosa	X		
OUTRAS INSTITUIÇÕES/ENTIDADES/PARTICIPANTES/CONVIDADOS					
-	Fundação Rio Águas	Marcos Gazineo	✓		
-	Prefeitura Municipal de Belford Roxo	Fernando Magalhães	✓		
-	Rio Ambiental	Maria Augusta Ferreira	✓		
-	Engenheiros sem Fronteira – Núcleo Rio de Janeiro	Aliciane Peixoto	✓		
AGEVAP					
-	Especialista em Recursos Hídricos – EP – Subcomitê Oeste	João Paulo Coimbra	✓		
-	Especialista em Recursos Hídricos – EP – Subcomitê Oeste	Lucas Pacheco Charles	✓		
-	Especialista Administrativo	Carlos Rogério	✓		
-	Estagiário Administrativo – Subcomitê Oeste	Renan Pinto Assis da Silva	✓		
-	Estagiário Administrativo – Subcomitê JPA	Joel de Souza Santos	✓		
-	Estagiário Administrativo – Subcomitê LRF	Ana Cláudia	✓		
LEGENDA					
✓	Presente	X	Ausência	J	Ausência justificada



Comitê de Bacia da
Baía de Guanabara

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH/BG

ANEXOS:

1. Resumo da votação por segmento sobre o desligamento ou manutenção de instituições que estão apresentando muitas faltas nas reuniões do Subcomitê Oeste

Quadro resumo da votação pelo desligamento ou manutenção de instituições faltantes por segmento:

PODER PÚBLICO:

	Votação para manutenção ou exclusão das faltantes		
Titulares presentes que votaram	FUNASA	PM Duque de Caxias	INEA/REVISEST
CRBIO	Manutenção	Manutenção	Manutenção
Fiocruz	Exclusão	Abstenção	Abstenção
Rio Águas	Manutenção	Manutenção	Manutenção
PM Belford Roxo	Exclusão	Exclusão	Exclusão
SEAPPA	Manutenção	Exclusão	Manutenção
Resultado	Manutenção (3 votos pela manutenção e 2 pela exclusão)	Exclusão (deempate pelo coordenador)	Manutenção (3 votos pela manutenção e 1 pela exclusão)

USUÁRIOS:

	Votação para manutenção ou exclusão das faltantes
Titulares presentes que votaram	AHOMAR
CEDAE	Exclusão
Resultado	Exclusão

SOCIEDADE CIVIL:

	Votação para manutenção ou exclusão das faltantes	
Titulares presentes que votaram	SINTSAMA	AMGRA
IBDA	Exclusão	Exclusão
Viva Cosme Velho	Manutenção	Exclusão
Rede CCAP	Exclusão	Exclusão
OMA Brasil	Exclusão	Exclusão
Resultado	Exclusão (3 votos pela exclusão e 1 pela manutenção)	Exclusão (unanimidade)